

Aula 3

A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: DOS JESUÍTAS ATÉ OS DIAS ATUAIS

META

Apresentar a política educacional em diferentes períodos da história brasileira.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Caracterizar a política educacional desde o Brasil colônia até os dias de hoje.
Estabelecer relações entre o contexto sócio-histórico e a política educacional.

**Gláucia da Conceição Lima
Glauber Santana de Sousa**

INTRODUÇÃO

Caros alunos, a presente aula tem por objetivo descrever características da política educacional brasileira desde a chegada dos jesuítas até os dias atuais. É sabido que o método jesuítico funcionou durante 210 anos. Tal metodologia, para os indígenas que aqui habitavam, tinha por função instruí-los e catequizá-los; para os filhos de colonos, a formação de outros padres, através das escolas de ordenação. Após a expulsão dos jesuítas, a educação ficou reduzida as precárias aulas régias ministradas por professores mal preparados e mal pagos. Com a chegada da família real, algumas academias como a de Direito e Medicina foram criadas, mas a educação continuou tendo uma importância secundária. No desenvolvimento da nossa aula, vocês irão estabelecer relações entre a política educacional e a situação socioeconômica de cada período. Como os textos sobre a política educacional são extensos, resolvemos elaborar um resumo sobre a educação de cada período da história brasileira com intuito de facilitar a discussão.

A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: DOS JESUÍTAS ATÉ OS DIAS ATUAIS

PERÍODO COLONIAL (1500 A 1822)

→ 1549 a 1759 (210 anos)

- 1º Governo Geral: Tomé de Souza.
- Chegada do Padre Manoel da Nóbrega e outros jesuítas – instrução e catequese dos indígenas.
- Escolas de ordenação: tinham por objetivo formar outros padres e então se destinaram aos filhos de colonos brancos e aos mestiços.

PLANO DE ENSINO DAS ESCOLAS DE ORDENAÇÃO

- 1ª Fase: Português, a doutrina cristã e a “escola de ler e escrever”
- 2ª Fase: Música instrumental e canto orfeônico
- 3ª Fase: Agricultura ou aulas de gramática completando a formação na Europa.

- Fundação de vários colégios com vistas à formação de religiosos: quem eram os alunos? Os filhos da elite.
- Adoção do sistema *Ratio Studiorum* (Ordem dos estudos), plano completo de estudos da Companhia de Jesus.

Sistema *Ratio Studiorum*
Objetivo: Formação do homem cristão
Humanidades, Filosofia e Teologia
Finalização dos estudos na Europa

- Na prática, o ensino das primeiras letras ficava a cargo das famílias (contratavam professores) e aos colégios de jesuítas a incumbência da educação de jovens já instruídos.
- Número de letrados não ultrapassava 0,5% da população.

1759 → expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias pelo então ministro português, o marquês de Pombal. Entretanto, nesse período o país contava com mais de cem escolas de jesuítas.

1759 a 1808 → Reformas do Marques de Pombal

- Desmantelamento do sistema colonial de ensino.
- Influência do Iluminismo (período do pensamento europeu baseado na razão e na experiência, no qual a religião deixava de ter força).
- Nasce o ensino público em Portugal e no Brasil e passam a ser mantidos pelo Estado.
- No Brasil - “Aulas Régias” - Aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica.

PLANO DE ENSINO NESSE PERÍODO

1º Nível: Primário (escolas de ler e escrever)
2º Nível: Secundário (aulas régias)
3º Nível: Superior

- Formação de intelectuais importantes no nosso país (Agora sim sob Influência do Iluminismo), como José Joaquim de Azeredo Coutinho (fundador do Seminário de Olinda em 1800).
- Criação do “Subsídio literário” (imposto que incidia sobre o vinagre, o vinho, a carne e o aguardente) para pagamento dos professores. Entretanto, esse imposto não era cobrado com regularidade e os professores que eram mal preparados também eram mal remunerados.

1808 → Chegada da Corte Portuguesa no Brasil em decorrência da invasão de Napoleão a Portugal.

- O Brasil passou a ser a sede do reino português.
- Criação de cursos técnicos, militares e superiores.
- Academia Real da Marinha (1808), Academia Real Militar (1810), Cursos de Cirurgia, anatomia e Medicina (1808-1809), Cursos para formação de técnicos em áreas como a economia, a agricultura e a indústria (1808-1809).
- Abertura dos portos para o comércio.
- Nascimento da Imprensa Régia.

1821 → A Corte volta para Portugal.

1822 → D. Pedro I – Independência do Brasil.

BRASIL IMPÉRIO (1822-1889)

1824 → 1ª Constituição Imperial – estabelecia que a “instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”.

1827 → Decreto de 15/10/1827 cria as Escolas de Primeiras Letras, primeira proposta de criação do ensino primário no Império para meninos e meninas, mas não dispõe sobre as condições materiais para sua implantação. (Método Lancasteriano – um aluno mais adiantado, sob orientação de um inspetor, ensinava a outro a menos adiantado).

- Criação das primeiras Faculdades de Direito do Brasil (São Paulo e Olinda) com os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais.

1834 → Ato adicional à Constituição de 1824 – descentralizou as competências em relação à educação, criando dois sistemas paralelos de ensino.

- Às províncias conferiu o direito de legislar sobre a instrução pública e promover o ensino primário e o secundário (criação dos Liceus Provinciais).
- Ao poder central cabia o ensino superior em geral, o ensino primário e o secundário ao Município da Capital.

1831 – 1840 → Criação das primeiras escolas normais nos centros mais populosos das regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

1838 → Criação do Colégio Pedro II – estabelecimento de ensino secundário, organizado sob a forma de seriação, fornecia o grau de Bacharel em Letras aos seus concluintes; deveria servir de modelo para os demais estabelecimentos de ensino e chamava para si a primeira tentativa de organização do ensino secundário no país. (Ora influenciado pelo ideário positivista, ora pelo humanista).

- 1850 → Consolidação do Império (Economia Cafeeira)
- 1854 → Criação da Inspeção geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte (supervisionar o ensino público e particular). Ensino mais voltado para jovens e sem caráter prático e científico.
- 1879 → Reforma Leôncio de Carvalho – Liberdade de ensino em todos os níveis. Sistema de exames.
- 1881 → Criação da Primeira Escola Normal oficial do Império.
- 1889 → Proclamação da República – Deodoro da Fonseca.

Segundo Ghiraldelli (2008, p.29),

Não existia uma política integrada entre o governo central e o que se fazia nas províncias, o que nutria não só um caráter heterogêneo para a educação brasileira da época como também mostrava, para qualquer viajante, uma imensa alteração de qualidade quando este fosse andando de província para província.

A PRIMEIRA REPÚBLICA – POLÍTICA DO “CAFÉ COM LEITE” (1889-1930)

- Descontentes com a política do imperador, os militares apoiados por outros setores da economia cafeeira, incentivaram a proclamação da república.

Conceito de República: Res (Roma) publica – a coisa pública, aquilo que é do povo, de todos.

Contexto sócio-econômico brasileiro no final do século XIX:

- Expansão da lavoura cafeeira;
- Fim do regime escravocrata;
- Adoção do trabalho assalariado;
- Instalação da rede telegráfica;
- Melhoramento de portos e ferrovias;
- Difusão de idéias democráticas trazidas do exterior.

Entre o fim do Império e o início da República, o país:

- Passava por um período de urbanização;
- Os grupos que apoiaram os militares privilegiavam carreiras que necessitavam de certa escolarização;
- Início da discussão sobre a abertura de escolas;
- 2 grandes movimentos: Entusiasmo pela educação (abertura de escolas) e Otimismo pedagógico (métodos e conteúdos de ensino).

No período da 1ª Guerra (1914-1918):

- Entusiasmo pela educação;
- Associação com as Ligas Nacionalistas, instituições que surgiram por conta da guerra e incentivavam o patriotismo;
- Em virtude do crescimento da industrialização, pediam a escolarização.

Período Pós-Guerra:

- Em 1920, surgiu a idéia de “republicanização da República” devido ao não cumprimento de promessas por parte dos governantes;
- Situação do país: 75% da população era analfabeta;
- O ensino público não aparecia como prioridade;
- Os EUA emergem como potência mundial e passa a ser referência para o nosso país (Imprensa, cinema, literatura, relações comerciais);
- Absorção da literatura norte-americana (otimismo pedagógico)
- Pedagogia predominante (Herbart – 1776-1841) + pedagogia dos jesuítas = tradicional
- Contato com a pedagogia de Dewey (1859-1952) – “Escola Nova”, a qual influenciou autores brasileiros, como Lourenço Filho. Além disso, tivemos contato com outras pedagogias, como a Libertária de Ferrer Y Guardia – Escola Moderna, a qual tinha um cunho anarquista;
- O que se fez pela educação nessa época foi graças a alguns jovens intelectuais, como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Francisco Campo e outros.

ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Reforma Benjamim Constant – voltada ao ensino no RJ (1891).

- Criação do Ministério da Instrução, Correios e telégrafos (durou até 1892);
- Substituição de disciplinas humanísticas pelas científicas;
- Reorganização do ensino secundário, primário e a Escola Normal;
- Criação do Pedagogium (Magistério);
- Declarou o ensino livre, leigo e gratuito;
- Dividiu as escolas em 1º e 2º graus;
- Exigiu o diploma da escola normal para o magistério em escolas públicas (para as particulares apenas exigiu um atestado de idoneidade moral);
- 1911 – Lei Rivadávia Correia – liberdade aos estabelecimentos escolares, presença facultativa e desoficialização do ensino;
- 1915 – Reforma Carlos Maximiniano – reoficializa o ensino, reforma do colégio D. Pedro II, regulamenta o acesso às escolas superiores
- 1925 - Reforma Rocha Voz – acordo entre a educação que se fazia nos Estados e a União.

Enfim, o quadro da educação na primeira república poderia ser retratado com base na educação que ocorria em São Paulo, que nos anos 20 era o Estado mais rico do país. “Em 1920, o estado mais rico da população não atingia mais que 28% da população em idade escolar; para cada quatro crianças em idade escolar, uma era analfabeta. Esse quadro não se alterou substancialmente até os anos quarenta” (Ghiraldelli, 2008, p.38).

A SEGUNDA REPÚBLICA (1930-1937)

- Descontentes com a alternância de poder entre mineiros e paulistas na presidência da república, em outubro de 1930 aconteceu a revolução, colocando no poder os gaúchos. Esse período ficou conhecido como a “Era Vargas”.
- Criação do Ministério de Instrução e saúde pública para atender os anseios da população diante do crescente processo de industrialização que o país passava.

Reforma Francisco Campos

- Criação do Conselho Nacional de Educação;
- Regulamentação e organização do ensino superior;
- Organização da Universidade do Rio de Janeiro;
- Organização do ensino secundário;
- Organização do ensino comercial e regulamentação da profissão do contador, entre outras.

1932 – Manifesto dos pioneiros da educação nova: foi um documento escrito por intelectuais da época, o qual criticava a atuação do governo no que se refere à educação e trazia como proposta a adoção da educação nova. O manifesto defendia que a educação fosse acessível a todos os cidadãos, uma escola laica, gratuita, obrigatória e para ambos os sexos.

Constituição de 1934 – dispõe que a educação é um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelo Estado.

Criação da Universidade de São Paulo e da faculdade de Educação no Distrito Federal.

Shiroma et al, (2007) colocam que nesse período havia uma crença de que uma reforma na educação seria fundamental para resolver os problemas do país. Entretanto,

Nos anos 1930, esse espírito salvacionista, adaptado às condições postas pelo primeiro governo Vargas, enfatiza a importância da “criação” de cidadãos e de reprodução/modernização das “elites”, acrescida da consciência cada vez mais explícita da função da escola no trato da “questão social”: a educação rural, na lógica capitalista,

para conter a migração do campo para as cidades e a formação técnico-profissional de trabalhadores, visando solucionar o problema das agitações urbanas (p.15-16).

O ESTADO NOVO (1937- 1945)

Getúlio Vargas – Golpe de Estado e proclama uma nova constituição.

Constituição de 1937 – dispõe que a família é a principal responsável pela educação, cabendo ao Estado um papel secundário. Além disso, sobre a gratuidade do ensino, àqueles que tivessem condições deveriam custear a educação daqueles que não tinham, ou seja, o Estado não queria usar o dinheiro vindo dos impostos na educação pública. Nesse momento, o Estado assumiu como primeiro dever o ensino profissionalizante. Os ricos freqüentavam as escolas públicas ou particulares e os pobres, as escolas profissionalizantes. Sistema dual de ensino. Essa constituição não mencionou sobre a percentagem da renda de impostos que o Estado deveria aplicar na educação, nem sobre concurso público para o magistério, pontos esses que foram abordados na constituição de 1934.

Reforma Capanema (1942-1946)

- Leis orgânicas do ensino: ordenação do ensino primário, secundário, industrial, normal, comercial e agrícola (Getúlio foi um governo populista);
- Criação Nacional do Instituto pedagógico;
- Criação do Instituto Nacional do Livro;
- Criação do SENAI e SENAC.

NOVA REPÚBLICA (1945-1964)

Constituição de 1946

- Coexistência de alguns partidos políticos, parecendo que o país estava passando por um período democrático;
- Obrigatoriedade do ensino primário e à União coube legislar sobre diretrizes e base da educação;
- Depois de 13 anos de discussões, em 1961, foi promulgada a primeira lei de diretrizes e bases da educação (Lei 4.024); na qual prevaleceram as reivindicações da igreja e dos donos das escolas particulares.

REGIME MILITAR (1964-1985)

- Nenhuma política para a educação, a não ser a política da repressão, privatização do ensino, institucionalização do ensino profissionalizante, a proibição do funcionamento da União nacional dos estudantes, entre outras;

- Para acabar com o analfabetismo foi criado o MOBRAL(alfabetização de adultos);
- Lei 5.540/68 – reforma do ensino universitário (criou-se departamentos e o regime de créditos das disciplinas – o que impediu a formação de grupos com um mesmo ideal) e o vestibular classificatório;
- Lei 4.024/71 – instituiu a profissionalização no ensino secundário.

DEMOCRACIA (1986 -20--)

- Fim da Ditadura – “Abertura política” – Fundação de vários partidos; anistia política; fracasso de política educacional (Leis 5.540/68 e 5.692/71);
- Lei 7.044/82 (Governo de Figueiredo) – retira a profissionalização do 2º grau – descaracterizando-o.
- Situação econômica: alta desigualdade social

(1985-1989) – JOSÉ SARNEY

- Ministro da Educação – Marco Maciel;
- Plano Cruzado;
- “Emenda Calmon” – destinar 13% dos recursos orçamentários do país à Educação;
- Programa de distribuição do livro didático (80 milhões distribuídos);
- Distribuição de material didático para o Nordeste;
- Programas: “Nova Universidade”; “Educação para todos”;
- Ampliação da merenda escolar (durante as férias);
- Construção das primeiras 100 escolas técnicas;

1988 – Promulgação da Constituição Federal

- Avanços: A educação aparece em vários tópicos (como direito social); inovação em termos jurídicos; merenda escolar; PNE (Plano Nacional de Educação);
- Polêmica: verbas públicas destinadas ao setor privado;
- Determina que se elabore uma nova LDBEN.

(1990-1992) – FERNANDO COLLOR

- Confiscou a poupança dos brasileiros para conter a inflação;
- Abertura maior para o exterior – desempregos;
- Atuou contra o CNPq e CAPES;
- Política educacional improdutiva (A construção dos CIACs = Brizolões);
- “Impeachment”;
- 1990 – Conferência Mundial de Educação para todos – Tailândia (Políticas do Banco Mundial – prioridade ao ensino fundamental);
- O Brasil estava entre os países com as maiores taxas de analfabetismo.

(1992-1994) – ITAMAR FRANCO

- Preocupação em “reorganizar o Estado”;
- A Conferência mundial de educação para todos inspirou a publicação do Plano Decenal de Educação para Todos, em 1993;
- Plano Real (1994);

(1995-2002) – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

- Ministro de Educação: Paulo Renato (ex-reitor da UNICAMP);
- Extinção do Conselho Federal de Educação e Criação do Conselho Nacional de Educação (Lei 9.131/95);
 - Lei 9394/96 – Lei Darcy Ribeiro – mescla entre o projeto que ouviu os setores da população e o projeto do Senador Darcy Ribeiro;
- Elaboração dos Parâmetros curriculares nacionais (PCN);
- Criação do FUNDEF (Lei 9.424/96) – consequência (o percentual de matrículas no ensino fundamental atingiu 95% dos estudantes de 7 a 14 anos, entretanto o mesmo não ocorreu com os outros níveis da educação básica);
- Gasto com ensino: 4% do PIB, inferior ao recomendado pelo Banco Mundial (6%);
- 1998 – Plano Nacional de Educação – prioridades para serem cumpridas em 10 anos;
- Programa Bolsa-Escola (Lei 10.219/01);
- PNLD – Programa nacional do livro didático – voltado para o ensino fundamental e alunos portadores de deficiência visual (Livro em Braille).
- Sistemas de Avaliação: SAEB, ENEM e PROVÃO;
- Característica principal: falta de consulta e participação popular;

Segundo Shiroma et al (2007), na década de 90 o governo prioritariamente teve a preocupação em manter o acesso e a permanência do aluno na escola, o que pode ser evidenciado, entre outros programas, com o lançamento do Bolsa-Escola.

(2003-2010) – LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

- Democratização do ensino superior (Sistema de Cotas; ProUni; Fies; Universidade Aberta);
- ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio);
- A bolsa-escola é substituída pela bolsa-família;
- PNLD – distribuição estendida a portadores de necessidades especiais de escolas de educação especial públicas, comunitárias, filantrópicas;
- FUNDEB (abrange toda a educação básica);
- PDE - 2007 (Plano de Desenvolvimento da Educação, cujo objetivo é melhorar a educação do país em um prazo de 15 anos);
- IDEB (Índice de desenvolvimento da educação básica).

CONCLUSÃO

Através do estudo das características de cada período da história do Brasil, é possível perceber que a educação foi sempre relegada a um segundo plano. É claro que a educação praticada em todos os períodos reflete os interesses socioeconômicos. Se o país estava em um momento de intensa industrialização, então eram oferecidos cursos profissionalizantes para determinada classe e por aí segue... Atualmente, atendendo a política internacional, é fato que as taxas de analfabetismo diminuíram e o número de matrículas no ensino fundamental aumentou consideravelmente, mas também é fato que muitos programas mascaram algumas verdades: escolas com condições precárias; preparação ineficiente de professores; alunos com baixo desempenho escolar; transporte escolar deficiente, entre outros problemas. Entretanto, apesar dos muitos problemas a serem resolvidos, ainda acreditamos que o progresso de uma nação depende da oferta de uma educação de qualidade à sua população.



RESUMO

Na aula de hoje foi possível fazer uma retrospectiva histórica da política educacional brasileira desde a chegada dos jesuítas até o governo de Luís Inácio Lula da Silva. No Brasil colônia, a educação era restrita a poucos e quando passou a ser oferecida a todos; ricos e pobres deveriam seguir caminhos diferentes. Foram inúmeros os projetos de melhoria da educação, entre muitos podemos citar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a alteração na constituição de 1934, mas com o golpe de Estado de 1937, infelizmente, não se efetivaram. Durante a ditadura militar, a preocupação era conter os estudantes e professores com idéias de mudanças do status quo. Com a democracia e, conseqüentemente, abertura política houve necessidade do país reduzir o índice de analfabetos e o acesso e permanência do aluno passaram a ser a meta prioritária do governo. Vários programas, tais como bolsa-escola e a merenda escolar contribuíram no aumento de matrículas no ensino fundamental. No governo Lula, a política educacional incidiu sobremaneira na democratização do ensino superior, com isso ampliou-se o número de vagas nas licenciaturas, uma possibilidade na melhoria no sistema educacional.



ATIVIDADES

1. De acordo com as características da política educacional de cada período da história brasileira, responda:

a) No período do Estado Novo ficou bem claro o sistema dual de ensino, ou seja, para o povo restava o ensino profissionalizante e para os filhos da elite, ensino primário, secundário e superior. Existe alguma relação com a educação praticada nos dias de hoje? Justifique.

2. Faça uma pesquisa sobre:

a) Quais os objetivos dos PCN?

b) Qual a política educacional do governo atual? Consulte no site do MEC, o PNE (Plano Nacional de Educação).

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

A atividade permite que o aluno aprofunde conhecimentos acerca da política educacional do governo atual.



PRÓXIMA AULA

Na próxima aula vamos estudar alguns aspectos da Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional.

REFERÊNCIAS

GHIRALDELLI, P. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SHIROMA, E.O.;MORAES, M.C.M. e EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.